

REFLEXÕES ACERCA DA INCLUSÃO DO ALUNO COM AUTISMO: relação família/escola

REFLECTIONS ABOUT THE INCLUSION OF THE STUDENT WITH AUTISM: family/school relationship

*Fabio de Araujo Oliveira*¹

*Lizandro Poletto*²

RESUMO: O presente artigo tenciona salientar sobre a importância do processo histórico da *Educação Brasileira* e da *Educação Inclusiva* como fonte geradora de conhecimentos acerca da trajetória percorrida pela inclusão, visando oferecer oportunidades para que os portadores de necessidades especiais possam cada vez mais interagirem com a sociedade e a educação. O enfoque é analisar, e entender as dificuldades do ingresso de alunos autistas na escola por meio de socialização e delimitação de ensino, com crianças de TEA *Transtorno do Espectro Autista*. O interesse por esse tema surgiu pela necessidade de levar até os leitores informações necessárias para se compreender todo o processo desse ingresso, a importância da família no processo da criança autista na escola regular, bem como a capacitação dos professores para essa inclusão de forma que viabilize a socialização dos mesmos, possibilitando uma compreensão melhor sobre estes estudos que serão realizados, contribuindo assim para a formação do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-Chave: Autismo. Família. Escola. Aprendizagem. Educação.

ABSTRACT: This article aims to highlight the importance of the historical process of Brazilian education and inclusive education as a source of knowledge about the trajectory of inclusion, in order to provide opportunities for people with special needs to increasingly interact with society and education. The focus is to analyze, and understand the difficulties of the entry of autistic students into school through socialization and delimitation of teaching, with children with ASD *Autistic Spectrum Disorder*. The interest in this topic arose from the need to bring to the readers the necessary information to understand the whole process of this entry, the importance of the family in the process of the autistic child in regular school, as well as the training of teachers for this inclusion in a way that enables the socialization of the same, enabling a better understanding of these studies that will be carried out, thus contributing to the formation of the teaching and learning process.

Keywords: Autism. Familia. School. Learning. Education.

¹ Acadêmico concluinte do curso de Pedagogia do Centro Universitário Alfredo Nasser, no semestre 2021/1. Endereço para contato: fabio29gyn@gmail.com

² Pós Doutorando em Educação – PUC/GOIÁS; Doutor em Ciências da Religião – PUC/GOIAS, Mestre em História – UFPR-PR, Teólogo -PUC-PR, Teólogo - PUL – Roma Itália. Bacharel em Direito – FAN-GO, Pedagogo -ULBRA-RG, Filósofo – FBB-BA, Historiador-FAN-GO, Administrador – FAN -GO, Cientista Social – ULBRA-RG, Geógrafo –FEAC-ES, Licenciado em Educação Física – Faculdade Ideal -DF; Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos – FEAC-ES. Professor da Faculdade Alfredo Nasser, Aparecida de Goiânia, GO. Endereço para contato: lizandro@unifan.edu.br

Data de Submissão: 01. dez. 2020

Data de Aprovação: 06. ago. 2021

1. INTRODUÇÃO

“O pensamento é o ensaio da ação.”

(Sigmund Freud)

O tema família/escola chama atenção por meio da análise da realidade vivenciada por alunos, cujas famílias se encontram ausentes em seus papéis, ou que mesmo a escola negligencia uma forma de aproximar essas duas instituições, para que possam contribuir para a aprendizagem dos alunos.

Faz-se notória a dificuldade de comunicação entre a escola, representada pela coordenação pedagógica e professor; e, do outro lado, a família, que pode ser representada por pai, mãe ou os devidos responsáveis pela criança, que muitas vezes não demonstram interesse em colaborar e até mesmo compreender as dificuldades e resistências manifestadas pelo aluno em questão, que são reflexos da ausência e distanciamento por parte dos familiares.

O tema é atual e pertinente, pois traz consigo críticas sobre o importante papel da família e pela falta dele em parceria com a escola, principalmente essa parceria voltada para o público da inclusão. A sociedade contemporânea vive a realidade de uma vida agitada, cheia de compromissos e, que muitas vezes, atribui à escola o papel que não lhe é devido, como o de educar seus filhos. Por isso, é necessário compreender o papel de cada um, que são indispensáveis na vida escolar das crianças, devendo trabalhar em parceria em prol de um bem maior.

A educação teve seus marcos referenciais em todo o seu processo histórico, neste contexto percebe-se que as rupturas que a história da educação passou por esses longos anos são fatores que influenciaram na maneira de se ministrar um ensino voltado para todos e não apenas para classe burguesa.

A inclusão é uma conquista recente na educação, e vem passando por inúmeras transformações ao longo do tempo. Na história, a educação tem passado por adaptações quando diz respeito à Educação para todos, estabelecida em leis e documentos no Brasil.

A educação inclusiva vem trabalhando com os alunos que se espalham pelo universo escolar e fazendo de suas necessidades especiais, necessidades iguais à de todos os alunos que frequentam a escola comum.

A inclusão está cada vez mais presente nas instituições e, mesmo ainda há uma dificuldade muito grande enfrentada por muitos profissionais, está dentro da sala de aula e os profissionais têm que responder aos anseios que ela exige.

Entretanto, ao propor uma reflexão sobre a inclusão do aluno autista no ensino regular, devemos levar em consideração, os processos que sofrem essa inclusão, tais como: as ações, adaptações, intenções, capacitações, dentre outros no que diz respeito a integração destes alunos.

Assim, nesse sentido, a presente pesquisa tem a intenção de despertar para a reflexão sobre as responsabilidades dos integrantes dessa inclusão, ou seja, não é somente o professor responsável e sim toda a equipe pedagógica, a família e a sociedade, que juntos.

Este processo da inclusão de aluno com necessidade especial também envolve a estrutura das instituições, como estas unidades estão preparadas para receber estes alunos e a capacitação dos profissionais que irão trabalhar diretamente com essas crianças.

Por outro lado, é importante ressaltar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades.

Desta forma, é necessário e urgente, que os sistemas de ensino se organizem para que além de assegurar essas matrículas, assegurem também a permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino.

2. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NOS PRIMEIROS ANOS INICIAIS DO ALUNO AUTISTA NA ESCOLA

Na tentativa de compreender o assunto, este artigo também intenta demonstrar a necessidade de um olhar específico na formação intelectual do indivíduo, por meio da relação entre família e escola. Desse modo, é primordial observar o breve histórico das instituições familiares e infância; descrever suas especificidades; e, compreender a importância da presença da família juntamente com a escola para o desenvolvimento saudável da criança. Nesse sentido, ele se subdivide em: família e infância: breve histórico, funções da família e escola na formação do indivíduo; e, por fim, família e escola: parceria indispensável.

Inicialmente, predominava o conceito da criança sem autonomia e características próprias. A criança, ao longo da história, foi sendo observada por diferentes perspectivas, até o conceito de infância começar a ser discutido e os direitos das crianças serem adquiridos por lei. A criança pertence a um núcleo familiar. Atualmente, é indispensável compreender que existem vários formatos de família. O ingresso da nova modernidade ocasionou diversas mudanças e uma delas foi o novo conceito de família. Nota-se que não existe somente um modelo, a formação de um núcleo familiar vai além do modo antigo, que era simplesmente constituído por homem e mulher. O papel deste núcleo social é essencial para a formação do indivíduo, fazendo-o compreender que ele é um ser inteiramente social, ou seja, tudo que ele for realizar vai beneficiar ou prejudicar aqueles que estão inclusos em sua comunidade. A família deve perceber que o primeiro contato que o indivíduo terá será com ela e analisar que seu papel é imprescindível para a formação do ser coletivo.

Segundo Mrech (1998), a proposta de Educação Inclusiva surgiu nos Estados Unidos, em 1975, com a lei pública nº 94.142, que abriu possibilidades para entrada de alunos com deficiência na escola comum. Os pressupostos que levaram os Estados Unidos a implementarem essa proposta têm raízes nas tendências pós-guerra.

O governo norte-americano procurava minimizar os efeitos da guerra por meio de um discurso que prometia assegurar direitos e oportunidades em um plano de igualdade a todos os cidadãos. Os alunos com deficiência foram inseridos nesse plano e conquistaram o direito de estudar em escolas regulares.

De acordo com Magalhães (2002), o atendimento à pessoa com deficiência no Brasil é instituído através dos órgãos privados, particulares, mantendo-se sob a égide das ações filantrópicas e assistencialistas. O interesse público pela Educação Especial consolida-se a partir da realização de campanhas destinadas a este segmento em caráter de emergência, cujo objetivo era ampliar o atendimento educacional aos deficientes em nível nacional.

Ao tratarmos de inclusão de crianças com necessidades especiais, somos enviados ao campo da educação, pois ele está presente no dia-a-dia, defendida como para todos, sem nenhum tipo de distinção, traçando diretrizes para que o processo inclusivo seja deflagrado.

Contudo, percebe-se que dez anos após a implantação da Declaração de Salamanca, sobre princípios, políticas e práticas em Educação Especial, ainda caminhamos a passos lentos, pois se faz necessário derrubar muitos paradigmas, no intuito de preparar a sociedade para receber e aceitar a diversidade biopsicossocial (DELLANI, MORAES 2012).

A inclusão escolar hoje é assumida como um novo paradigma social e educacional, o ensino escolar brasileiro tem o desafio de encontrar soluções que respondam a questão do

acesso e da permanência dos alunos nas atuais instituições educacionais, mas apesar das resistências percebe-se que a inclusão tem se expandido criando assim oportunidades para a inserção do portador de necessidade no convívio social.

Nota-se que atualmente a Educação Inclusiva tem dado grandes passos em prol de uma acessibilidade melhor aos alunos da Inclusão uma vez que ainda faltam muitas adaptações nas escolas públicas para que se possa atender melhor esses alunos.

Mas esse não é nem um fator que impeça que a educação, o conhecimento chegue até aos alunos especiais basta que educadores tenham vontade para fazer que essa aprendizagem ocorra mesmo que hoje tenhamos muitos educadores que não são qualificados mas que muitas vezes se dedicam em busca de uma aprendizagem para poder oferecer aos seus alunos especiais.

A criança autista deve ter uma assistência considerável da família, onde ao inseri-la no âmbito escolar precisa discorrer e relatar o diagnóstico do filho, para que a direção, o corpo docente fique ciente de tudo aquilo que lhe acomete.

Em muitos casos as famílias não aceitam que a criança possa ter autismo assim como qualquer outro tipo de síndrome e que indagam relatos de que a criança é impulsiva; a criança com autismo necessita ser assistida por uma equipe de especialistas, sendo papel exclusivo da família a procura de tratamento adequado para essa criança.

Segundo Mello (2013):

A despeito das diferenças entre os indivíduos que recebem o diagnóstico de autismo, uma característica é comum à imensa maioria dos seus familiares: desespero e esperança por uma cura milagrosa. Essa é uma combinação de mágica para vulnerabilidade. Os pais da criança que recebe o diagnóstico de autismo tornam-se altamente vulnerável a promessas de curas milagrosas e tratamento sem sustentação em evidência. (MELLO, 2013, p.82)

Diante de várias dificuldades, necessita programar no seu currículo, projetos específicos e direcionados para a aprendizagem e aceitação de criança Autista na escola, é uma tarefa nada fácil, mas se labutarmos por esse objetivo não mudará de forma positiva para tantos as famílias quanto aos Autistas.

É de suma importância a contribuição da escola e família no ensino aprendizagem de crianças Autista, é essencial que o ambiente escolar seja o caminho para melhorias das práticas e métodos que facilitem o ensino aprendizagem da criança com esse tipo de transtorno. As estratégias que o educador e a instituição de ensino podem adotar para estimular os responsáveis do sujeito a participarem de maneira satisfatória e eficaz nesse processo de desenvolvimento. Demonstra-se que cada instituição, sendo ela familiar ou educacional, deve respeitar e estar em

seu devido lugar, não cobrando além do que pode, como também estar atenta à ausência de participação e estímulos dentro de suas casas.

A família e a escola são indispensáveis para o crescimento do indivíduo. As duas instituições juntas contribuem para a sociedade no momento que trabalham dentro das escolas e em suas casas, pois é necessário que cada uma compreenda seu papel e objetivos na vida do educando/filho. É evidente a importância de ambas no desenvolvimento pessoal, intelectual, educacional e de caráter. Logo, observa-se que o papel de cada uma dessas instituições é importante na formação do indivíduo.

Porém, mesmo diante de todas as leis e debates que assegura que a criança Autista deve ser incluída nas salas de ensino regular, ainda falta muito para que de fato ela aconteça. Tomadas de decisões necessárias precisam ser asseguradas e a escola facilita essa precisão.

Ao falar da criança Autista, retrata que:

Assim como qualquer um de nós, a pessoa com Autismo tem sua individualidade, desejos e necessidades que vão além das características da síndrome. Logo, nem tudo, que venha a dar resultado para uma pessoa com autismo, serve de referência positiva a outra pessoa com a mesma síndrome. (ORRÚ, 2011, p. 23)

Assim sendo, entende-se que não é porque uma atividade deu certo que irá fazer o mesmo efeito e ter o mesmo resultado com o outro, as crianças não são iguais e as necessidades são diferentes, com isso a escola juntamente como a família.

O professor e o coordenador pedagógico devem desenvolver um trabalho em equipe, para sanar as necessidades de todos e possam está analisando as aulas e as atividades que facilitam o trabalho do educador e quanto o desenvolvimento educacional da criança inseria-la uma sala regular de ensino, é necessário que a prática educativa utilizada pela professora, atenda às necessidades do aluno autista.

Para que o trabalho do professor obtenha sucesso, ele precisa de total apoio da escola, que por sua vez necessita ter seu espaço a sala de atendimento, que é uma sala específica para o trabalho com atividade adequado para crianças autistas, onde ela terá o primeiro contato com a escola e dependendo do desenvolvimento, o seu progresso ele é integrado nas salas de ensino regular.

3. A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA E O ENTENDIMENTO DE LIMITES DE APRENDIZAGEM E SOCIALIZAÇÃO DO ALUNO COM AUTISMO

Quando discutimos sobre a inclusão, diretamente com a aquisição de novos valores e princípios, a sociedade se mostra cada vez mais presente em discursões sobre a importância da educação inclusiva, em decorrência disso, uma série de políticas públicas têm sido desenvolvidas para promover a inclusão de crianças com deficiência em escolas de ensino regular.

Para Maria Teresa de Mantoan (2006), pedagoga, mestra em educação e doutora da *Universidade de Campinas – Unicamp*, especialista em Inclusão e que de forma forte e objetiva mostra a importância da inclusão e traz o tema e sua atualidade a qual vivemos.

Ressalta que:

Na verdade resiste-se a inclusão escolar porque ela nos faz lembrar que temos uma dívida a saldar em relação aos alunos que excluímos, sabemos que alunos com ou sem deficiência, que foram ou são excluídas das escolas comuns, devem estar inseridos e há muito tempo, ou seja, desde que o ensino fundamental é obrigatório para os alunos em geral. (MANTOAN, 2006, p. 25).

É de suma importância lembrar que a instituição promove e inicia o desenvolvimento e, posteriormente a aprendizagem que é necessária e que envolve a prática pedagógica, o despertar da família como o corpo docente, privilegiando o currículo e as diversas necessidades do autista.

Destaca-se que:

As escolas de modo geral, tem conhecimento da existência das leis acerca da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e da obrigatoriedade da garantia de vaga para estas. As equipes diretivas respeitam e garantem a entrada destes alunos, mostrando-se favoráveis à política de inclusão, mas apontam alguns entraves pelo fato de não haver a sustentação necessária, como por exemplo, a ausência de definições estruturais a cerca da educação especial e dos supostos necessários a sua implementação. (PAULON; FREITAS; PINTO, 2005, p. 25-26).

Essa realidade é proveniente de mudanças significativas que vêm ocorrendo no âmbito da educação escolar que ressaltam a importância de adequar os ambientes educacionais às necessidades de crianças com deficiência.

A escola que antes excluía e rejeitava crianças com deficiência, agora se vê desafiada a prover um ensino de qualidade, criando metas para enfrentar e superar as dificuldades encontradas.

De acordo com Rodriguez (2006), a exclusão é devida provavelmente a fatores culturais, que nos conduzem a pensar que a diferença é perigosa.

Demanda-se cuidado com as pessoas diferentes, seja na identidade sexual, socioeconômica, de deficiência de etnia etc. A ideia feita da sociedade sobre o que é diferente faz com que o mesmo passe a excluir, isolar e banir, o que resulta na necessidade de identificar e criar programas para combater a exclusão, gerando assim um conceito contrário: a inclusão.

Klein (2010) alega que a palavra “inclusão” tem sido utilizada como jargão na área educacional para marcar as práticas que gostaríamos que fossem mais justas democráticas e solidárias para com o outro.

O ato de incluir vai além da inserção, faz-se necessário tornar o indivíduo parte de um todo, para que o mesmo não seja rotulado e excluído por apresentar comportamentos e características diferenciadas. Já o ensino que possibilita educar de forma inclusiva para as diversidades.

[...] impõe a construção de um projeto que não se dará ao acaso nem de uma hora para outra e que não é uma tarefa individual. Ao contrário, trata-se de um trabalho coletivo, que envolve discursões e embates entre diferentes esferas (governo, sociedade, escola e indivíduo) em que seja possível refletir sobre que escola quer construir e que indivíduos pretenderam formar. (MELO; LIRA; FACION, 2008, p. 65).

Podemos entender que para acontecer à inclusão de fato, os sistemas de ensino devem criar escolas e capacitar professores e funcionários, para que os mesmos compreendam a singularidade de cada criança e aprendam a conviver, respeitar e principalmente oferecer a mesma qualidade de ensino a todos, com as mesmas condições de desenvolvimento.

Professores, orientadores, supervisores, direção escolar, demais funcionários, famílias e alunos precisam estar conscientes dessa singularidade de todos os estudantes e suas demandas específicas. Esta tomada de consciência pode tornar a escola um espaço onde os processos de ensino e aprendizagem está disponível e ao alcance de todos e onde diferentes conhecimentos e culturas são mediados de formas diversas por todos os integrantes da comunidade escolar, tornando a escola um espaço compreensível e inclusivo. (LOPEZ, 2011, p. 16).

Diante dessa perspectiva, a inclusão da criança com autismo em sala de aula deve existir de forma consciente, o conjunto escolar tem que possuir um suporte pedagógico sólido para incluir o aluno no contexto educacional de forma que todos os envolvidos assimilem a situação e conhecimento das metodologias a serem trabalhadas visando à superação de limitações da criança com autismo.

É necessário ressaltar que por mais importante que seja inserir a criança com deficiência na sala de aula regular, é preciso criar meios para que ela permaneça na escola, sem que tenha prejuízos em seu desenvolvimento.

Nesse sentido, os princípios da escola inclusiva devem garantir:

- o direito à educação;
- o direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um “modo igual” de educar a todos e sim dar a cada o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais;
- escolas responsivas e de boa qualidade;
- o direito de aprendizagem; e
- o direito à participação. (CARVALHO, 2007, p.81 apud BALBINO, 2010, p. 41)

Quando falamos em incluir alunos com autismo no ensino regular, automaticamente pensamos nas dificuldades de socialização do mesmo com o meio, é a partir dessa problemática que é gerada a discussão sobre esse tema. Essa inclusão exige uma boa estrutura pedagógica, além de profissionais capacitados para atender a possíveis disparidades decorrentes do comportamento apresentado por essas crianças.

A inclusão de crianças com autismo em sala de aula regular prevista em lei assegura ao aluno o direito do acesso ao ensino, ficando à escolha dos pais matricularem ou não os filhos em escolas regulares.

Para que a instituição de ensino promova inicialmente o desenvolvimento e, posteriormente, a aprendizagem é necessário que ela disponha de uma prática pedagógica coletiva na qual seja esclarecida a importância do envolvimento familiar com a escola, além de mudanças de caráter estrutural e metodológico, privilegiando um currículo que se adeque também às necessidades da criança com autismo.

4. A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO PARA PROFESSORES QUE TRABALHAM COM INCLUSÃO, MAIS PRECISAMENTE O TEA

Aprender a trabalhar com a educação inclusiva é um dos desafios maiores para os docentes, pois necessitam criar meios para aprender a trabalhar nessa perspectiva. Diante disso, o docente, que tem a função de ensinar, terá mais ainda a necessidade de aprender. A busca por novas didáticas e metodologias para ensinar tem levado muitos orientadores a adaptarem suas aulas, no sentido de atender a esse público, e com isso, melhorar o nível de aprendizagem da sala como um todo.

No que diz respeito as mudanças da educação, para Ferreira (2006), o processo de mudança da pedagogia tradicional (leitura, cópia, exercícios no caderno ou livro, etc.) para uma pedagogia inclusiva, pouco a pouco transforma o docente em pesquisador de sua prática pedagógica, pois a nova dinâmica de ensino faz com que adquira habilidades para refletir sobre sua docência e aperfeiçoá-la continuamente.

O docente aprende a reconhecer o valor e a importância do trabalho colaborativo e da troca de experiências com seus colegas professores, os quais podem contribuir de forma sistemática sobre novas formas de ensinar, de lidar com velhos problemas e de se desenvolver profissionalmente.

A formação dos profissionais da educação é tarefa, sem dúvida, essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar. Uma das dificuldades encontradas na formação dos educadores, no estudo de alguns fundamentos teóricos para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, é o amplo leque de realidades socioculturais existentes em nosso país.

Para atender esta demanda tão diversa, o material dirigido à formação tem se proposto oferecer uma linguagem suficientemente abrangente para ser acessível a todos. Porém, em alguns casos, se observa a excessiva simplificação dos conteúdos propostos, aliada a uma superficialidade que se distancia das situações problemáticas concretas de cada realidade. Brasil, (2005).

A avaliação da aprendizagem é uma questão político-pedagógico e deve sempre contemplar e valorizar tanto as concepções do aluno quanto o trabalho do professor por meio de reflexões críticas e contínuas da prática pedagógica da escola e sua função social.

Neste contexto, há necessidade de ser claro e objetivo no decorrer do processo avaliativo, não podendo se limitar-se apenas a verificação da aprendizagem de conteúdo ou atividades, usando-se tão somente os instrumentos de provas e notas, embora façam parte desse processo, principalmente com alunos surdos.

A avaliação deve contemplar uma concepção mais ampla, envolvendo uma formação de juízos e apreciação de aspectos qualitativos ao invés de quantitativos.

Diante desta indagação, entende-se que não é porque uma atividade deu certo com um que irá fazer o mesmo efeito e ter o mesmo resultado com outro, as crianças. Crianças não são iguais e as necessidades são diferentes, com isso a escola juntamente com o professor e o coordenador pedagógico tem a precisão de fazer um trabalho em equipe, para sanar as necessidades de todos e possam está analisando as aulas e as atividades que facilitem o trabalho do educador e quanto o desenvolvimento educacional da criança.

Inseri-las em uma sala regular de ensino, é necessário que a prática educativa utilizada pela professora, atenda às necessidades do aluno autista; para que o trabalho do professor obtenha sucesso, ele precisa do total apoio da escola, que por sua vez necessita ter em seu espaço a sala de atendimento, que é uma sala específica para o trabalho com atividades

adequadas para a criança autista, onde ele terá seu primeiro contato com a escola e dependendo do seu desenvolvimento, o seu progresso ele é integrado nas salas de ensino regular.

Destarte, a escola fazendo o seu papel facilitará de forma significativa o trabalho do professor junto à criança autista sendo que a sala de atendimento ou sala de recurso é de suma importância para a criança, já que funciona em um horário diferente das do ensino regular, funcionando como reforço escolar para essas crianças, trazendo benefícios para o seu aprendizado.

Por esse motivo, mais do que a aprendizagem em si, é indispensável oferecer um ensino de qualidade. É fundamental um plano de ensino que respeite a capacidade de cada aluno e que proporcione atividades diversificadas, considerando o conhecimento que cada aluno traz para a escola.

Especialistas sugerem que os conteúdos em debate sejam fundamentais para o desenvolvimento da criança autista. Nesse caso, o que está em jogo são as disposições do autista. É nelas que se deve investir para, assim, desenvolver essa ausência de habilidades, sendo necessário esperar um desempenho oferecido, ao que a maioria dos indivíduos do espectro autista não corresponde, pois cada criança reage de um jeito.

Enquanto as crianças realizam anotações comuns, os autistas fazem fluxogramas sobre o conteúdo escolar, facilitando assim o seu aprendizado em relação ao que vem sendo utilizados por seus colegas.

Nilsson defende que:

[...] ao usar a ideia de um programa diário visual individual, é fazê-la conter somente atividades enfadonhas que os alunos já conhecem, sempre apresentadas na mesma ordem. Assim a ideia perde sua função para a pessoa envolvida. Temos de pensar no que poderia interessar para ele, de forma que os conteúdos do dia sejam um acordo entre as coisas que julgamos que ele precisa fazer e coisas que ele prefere fazer. (NILSSON, 2004, p. 57).

Outro ponto de grande importância para a melhoria do ensino seria a capacitação dos professores e das escolas para trabalharem um currículo que atenda as exigências, sendo um grande desafio para as escolas e professores; muitos ainda utilizam o método tradicional.

Segundo Bordas, Zoboli (2009) pensam que é importante repensar as práticas de avaliação de aprendizagem. Não podemos continuar pensando em instrumentos previamente e arbitrariamente estabelecidos pela escola. O aluno com necessidades educacionais especiais precisa ser acolhido com parâmetros flexíveis que lhe permitam atingir resultados de forma

singular e particular. Assim deve ter oportunidade de atingir objetivos e poder mostrar desenvolvimento e mostrar que está apto ou não apto.

Pensamos que as deficiências não podem ser medidas e definidas por si mesmas e mediante sistemas previamente padronizados por especialistas. Há que se levar em conta cada situação e estágio que resulta das formas de interação entre as características do aluno e dos ambientes em que está eventualmente inserido. É preciso ter acuidade e prestar atenção para que se possam estabelecer espaços de desenvolvimento adequados a atender as peculiaridades permanentes ou circunstanciais de cada aluno.

É importante afirmar que conforme a formação inicial e continuada dos profissionais da educação é possível estabelecer parâmetros de análise seja pelo processo de formação em cursos de aperfeiçoamento, palestras, práticas e experiência pedagógica pessoal, seja pelo processo de reflexão e ação no cotidiano do trabalho pedagógico.

No entanto, a formação ainda não é algo garantido por todos os professores por diversos fatores, que podem ser registrados como dificuldades financeiras para investimentos em curso e eventos; carga horária disponível para a formação pelos professores; e até, ausência de interesse em se aperfeiçoar nesse campo de discussão. Nesse contexto, há também a incerteza, insegurança e a própria tensão dos responsáveis pela educação inclusiva na educação básica.

No que diz respeito aos profissionais, Bizetto, Oliveira (2014), afirmam que conforme a formação inicial e continuada dos profissionais da educação é possível estabelecer parâmetros de análise seja pelo processo de formação em cursos de aperfeiçoamento, palestras, práticas e experiência pedagógica pessoal, seja pelo processo de reflexão e ação no cotidiano do trabalho pedagógico.

No entanto, a formação ainda não é algo garantido por todos os professores por diversos fatores, que podem ser registrados como dificuldades financeiras para investimentos em curso e eventos; carga horária disponível para a formação pelos professores; e até, ausência de interesse em se aperfeiçoar nesse campo de discussão. Nesse contexto, há também a incerteza, insegurança e a própria tensão dos responsáveis pela educação inclusiva na educação básica.

Planejar o aprendizado e a participação dos alunos dentro da sala de aula sem aderir ao ensino tradicional, é adquirir novos conhecimentos para a inclusão de crianças autistas nas salas de aula do ensino regular, procurar as melhores formas de modificar o currículo de acordo com as necessidades de cada criança.

Planejar em articulação com outros profissionais da educação, ser dinâmico quanto à produção de materiais curriculares, a observação mútua de aulas, incentivarem a

experimentação e inovação pedagógica, são alguns itens essenciais que a escola inclusiva impõe aos professores nas suas práticas.

As crianças com autismo, regra geral, apresentam dificuldades em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas se obtiverem um programa intenso de aulas haverá mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e aprendizagem é um trabalho árduo precisa muita dedicação e paciência da família e também dos professores. É vital que pessoas afetadas pelo autismo tenham acesso a informação confiável sobre os métodos educacionais que possam resolver suas necessidades individuais. (NUNES, 2008, p. 4).

Nesta perspectiva o currículo escolar necessitará ser ajustado com adaptações adequadas para os professores. Feitos as modificações no currículo, os professores devem estudar analisar a metodologia que aplicam nas suas intervenções diárias, tentar encontrar métodos, táticas de ensino promotoras de inclusão, desenvolvendo nas crianças, atitudes de igualdade, de oportunidades.

O ensino para todos desafia o sistema educacional, a comunidade escolar e toda uma rede de pessoas, que se incluem, num movimento vivo e dinâmico de fazer uma Educação que assume o presente, como tempo que concretiza a mudança de alguns em todos, da discriminação e preconceito em reconhecimento e respeito às diferenças. É um ensino que coloca o aluno como foco de toda a ação educativa e possibilita a todos os envolvidos a descoberta continua de si e do outro, enchendo de significado o saber educar Bordas, Zoboli (2009).

Diante disso, estes alunos também são capazes de adquirir habilidades e conhecimento que contribuam para a sua formação social e pessoal, rompendo assim grandes barreiras que muitas vezes são impostas aos olhos da sociedade sendo que são cidadãos como qualquer outro que também gozam de seus direitos e deveres como a própria constituição lhes asseguram.

Apresentando uma mudança de pensamento positivo desde cedo, estará a construir uma sociedade inclusiva que vai se multiplicando de maneira favorável para inclusão das crianças autistas na escola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou levantar um estudo a respeito do processo de ensino/ aprendizagem e suas relações com a família e a inserção da criança com autismo, bem como o papel de cada um e as relações estabelecidas na parceria entre as duas instituições. Desta forma, compreende-se que o assunto abordado traz consigo a importância da fase infantil a partir da compreensão da história da criança da inclusão e seus direitos, a relevância da família para o presente e futuro

do sujeito e a escola na formação integral do mesmo, demonstrando a realidade das famílias atuais e a atenção que estas devem ter ao se deparar com situações e atitudes que possam prejudicar o desenvolvimento intelectual, cognitivo e crítico do indivíduo.

No processo de desenvolvimento dos conceitos de inclusão e família, fica claro que a família, como âmbito social e educacional, é indispensável no desenvolvimento infantil para a vida adulta e que a partir dela a criança compreende seu lugar, sua cultura e suas condutas. A família é essencial para a inclusão do indivíduo na comunidade em que vive e sua presença de maneira afetiva e participativa traz consequências positivas no progresso do sujeito. Da mesma forma que a presença das instituições familiares traz benefícios, a falta dela também tem efeitos negativos que serão visíveis no comportamento do infante e em seu futuro.

Além dos conceitos de infância e família, adentra-se na instituição de ensino: a escola. A educação escolar também é uma ferramenta importante para uma boa conduta na vida coletiva. Ela é quem garante o ensino formal, sendo ele sistematizado e intencional, com conteúdos escolares que desenvolverão a aprendizagem da criança. Cabe também à instituição a inclusão do educando na sociedade, além de despertar nele o desejo em acrescentar e se tornar um excelente aluno e futuro profissional.

A educação inclusiva sempre foi um grande desafio para qualquer instituição de ensino, quer seja particular ou pública, esta barreira aos poucos vem sendo derrubada, mas ainda existe muito para ser melhorado.

A diferença não deve ser vista como um “problema” que exige solução, deve-se existir a aceitação da pluralidade.

As peculiaridades na educação do aluno autista devem ser consideradas e respeitadas, como parte integrante de uma política educacional inclusiva que garanta a todos o direito à uma educação de qualidade.

A escola cabe refletir a situação sócio linguística e histórica desses sujeitos, propiciando-lhes uma aprendizagem significativa e com reais condições para tal, ao professor cabe se qualificar para que possam auxiliá-los através do desenvolvimento de estratégias pedagógicas que atendam essas diferenças.

O envolvimento de todos será de grande importância, pois quando todos se envolvem, a escola cumpre melhor o seu papel, o sucesso de qualquer proposta educacional certamente está relacionado à participação dos pais, ao interesse da família pela vida Escolar do Aluno, ao estímulo aos estudos individuais, ingredientes dependentes da ação conjunta da Escola, da família e da comunidade – três parceiros que podem contribuir para o sucesso dos Alunos, para uma Educação de qualidade e, principalmente, para a formação plena de cidadãos.

Diante do que foi estudado e analisado, compreendemos que é muito importante torna acessível à entrada e permanência de crianças com autismo deste todas as modalidades de ensino tanto na educação infantil, ensino fundamental e assim sucessivamente, não é uma tarefa fácil tornar a escola um ambiente inclusivo com meios de facilidades de ensino aprendizagem e socialização de forma e maneira mais aceitável para o ambiente escolar, envolvendo o todo para uma boa convivência entre todos, governo, famílias, escola e professores.

O autismo é realmente um transtorno e como tal, merece e deve ser tratado, visto que, na maioria dos casos, a criança autista pode obter mais sucesso se for acompanhada de uma ação multidisciplinar, que poderá envolver professores, pais, terapeutas, médicos e medicamentos.

Apesar do educador não ter conhecimento teórico suficiente para discorrer com propriedade sobre o autismo, o psicopedagogo poderá ser o elo principal entre a família e os especialistas envolvidos, durante o tratamento, pois seu papel não é o de dar diagnóstico e sim de esclarecer aos pais que o transtorno não tratado gera inúmeras complicações para seu portador, no convívio social, muitas vezes levando à insatisfação, depressão, rejeição, busca das drogas, enfim, à infelicidade.

A família do educando com *autismo* é a base principal da formação da criança, por serem as primeiras pessoas que vão educar a criança e inserir nos mesmos valores que perpetuaram uma vida toda e é a parceria entre a família e a escola que irá alcançar objetivos para o desenvolvimento emocional, cognitivo e de aprendizagem do aluno com necessidades educacionais a serem desenvolvidas para a melhoria da vivência no âmbito escolar e pessoal da criança. Inicia-se nos primeiros anos de vida e apenas em alguns casos os sintomas são aparentes logo após o nascimento. Na maioria dos casos a doença apenas é identificada após o primeiro ano de vida, período no qual há maior exigência da comunicação, nas relações sociais, no manuseio de objetos.

Para êxito e desenvolvimento da criança com TEA vários profissionais poderão ajudar no processo ensino-aprendizagem da mesma.

Para isso, a necessidade que a criança passe por um acompanhamento durante todo o seu percurso educacional, é necessário e urgente a somatória entre a sala de aula e o acompanhamento de profissionais preparados para desempenharem suas funções com essas crianças, e possibilitarem assim, de fato um ensino com qualidade, em que a mesma irá aprender de forma mais confortável.

Notamos ainda, que apesar das dificuldades existentes, o processo de inclusão é sim possível, desde que haja comprometimento e envolvimento por parte do professor, uma boa

formação pedagógica nesse sentido, além de apoio escolar e familiar mostrando a importância do projeto à sociedade acerca de refletir sobre esse assunto de forma mais humana.

Sua prática escolar lhe permite observar, analisar, levantar hipóteses e adaptar sua metodologia independente do que o sistema lhe oferece; possibilitando que esse aluno tenha suas diferenças respeitadas e seja realmente incluído na sala de aula regular.

REFERÊNCIAS

BIZETTO, Luciana de Sousa. OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de. **A inclusão no ensino regular: uma proposta de intervenção com alunos de baixa visão**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2009.

BRASIL. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais DEFICIÊNCIA FÍSICA**, Brasília, 2006.

BRASIL. **Documento Subsidiário À Política De Inclusão**. Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2005.

BORDAS, Miguel Angel Garcia. ZOBOLI, Fabio. **Cultura escolar e inclusão Reflexões sobre a produção social do conhecimento e as culturas inclusivas: o papel da avaliação**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 79-87. ISBN: 978-85-232- 0928-5.

DELLANI, Marcos Paulo. MORAES, Deisy Nara Machado de. **Inclusão: Caminhos, encontros e descobertas**. Vol. 7 – Nº 15 - Janeiro - Junho 2012 Semestral ISSN: 1809-6220.

FERREIRA, Windyz. B. Educar na diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular. **In: Ensaios Pedagógicos - Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília: SEESP/MEC, 2006.

FRIAS, Elzabel, Maria Alberton. MENEZES, Maria Christine Berdusco. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular**

LOPEZ, J. C. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas**. 2011. Trabalho final do curso (Especialização em psicopedagogia clínica e institucional) - Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED, Brasília, 2011.

MAGALHÃES, R. C.B. P. **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar.** Editora ABDR. Edição, São Paulo, 2006.
NUNES, Daniella Carla Santos. **O pedagogo na educação da criança autista.** Publicado em 07 de fevereiro de 2008.

MELLO, A. M. S. Rosde. **Autismo: Guia Prático.** Ed. 3ª. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE; 2004.

MELO, S. C. LIRA, S. M. de. FACION, J. R.; Políticas inclusivas possíveis implicações no ambiente escolar. In: FACION, J. R (Org.). **Inclusão escolar e suas implicações.** Curitiba: Ibipex, 2008.

MRECH, L. **O que é educação inclusiva?** Revista Integração. MEC: Brasília. 8, n.20, 1998.

NUNES, S. M. **A concepção dos familiares, professores sobre a inclusão dos alunos com necessidade especiais na escola regular.** 2011. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/coloquiointernacional/article/view/1240>. Acesso em: 19 maio 2013.

ORRÚ, Silva Ester. **Autismo: o que os pais devem saber? – 2. ed. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.p.32**

ORRÚ, Silva Ester. A Formação de Professores e a Educação de Autistas. **Revista Iberoamericana de Educación (Online)**, Espanha, v. 31, p. 01-15, 2003.